

# Brasil cresce 7,7% e a inflação não passa de 13% em sete meses

A inflação acumulada nos sete meses de 1995 pela média dos principais índices foi de 13%, informou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante reunião ministerial na Granja do Torto. A taxa de crescimento da economia no primeiro semestre, comparada ao mesmo período do ano passado, foi de mais de 7,7%. Para ele, o País cresceu sem a volta da inflação. O ministro enfatizou também a continuidade do processo de desindexação. "É mais amplo do que as pessoas se dão conta. Já existe desindexação na taxa de câmbio, na taxa de juro e nas tarifas. Começa a vigorar nos salários e vai ampliar-se na área tributária. Depois, nos títulos públicos.

Com a extensão dos prazos de resgate a médio prazo, as taxas de juros serão dissociadas das taxas de inflação, comentou o ministro. Malan falou também sobre o Imposto de Renda para pessoas jurídicas: foram feitas 2.618 milhões de declarações de Imposto de Renda pessoa jurídica. As 500 maiores pagam 52% do arrecadado, cerca de 10 mil, 80%, e as 100 mil, 93%.

Malan disse que a alíquota máxima, que chega a 42%, é muito elevada. Numa comparação com cerca de 30 países, apenas dois ou três tinham uma alíquota máxima comparada com a do Brasil. O ministro da Fazenda disse também que

caiu substancialmente a arrecadação do Imposto de Renda em relação ao PIB. Em 1970 era de 1,66% do PIB. Em 1980, era de 1,38% do PIB. Em 1990, 1,27% do PIB. Isso se deve a um sistema tributário injusto em que boa parte da arrecadação vem das contribuições indiretas, prejudicando a população.

**Investimento** — O ministro do Planejamento, José Serra, fez um balanço da situação orçamentária do País (ver página 3), mostrando que a capacidade de investimento do Governo reduziu-se demais. No entanto, o investimento privado mostrou grande recuperação, um dado extremamente otimista em termos do crescimento futuro. De acordo com os dados mostrados por Serra, essa elevação deverá acentuar-se nos próximos anos.

A taxa total de investimentos no País está próxima de 18%. Em 1992 era de 12 a 13%. As mudanças na Constituição tiveram efeito positivo na retomada do desenvolvimento. As reformas econômicas contribuíram para isso, e a reforma fiscal vai reduzir o custo da produção. Serra disse que a reforma tributária vai provocar uma expansão da atividade produtiva, principalmente no setor agropecuário. Falou do fim do ICMS para as exportações, a redução do ICMS da cesta básica, e da criação do ICMS em nível federal.